

# **RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.**

Relatório e Contas  
31 de Dezembro de 2006

**RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.**

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 • 4100-320 PORTO • TEL. 226 194 600 • FAX 226 194 692 • e-mail: rar-acucar@rar.pt • <http://acucar.rar.pt>  
CAPITAL SOCIAL EUR 21 000 000 • MATRIC. 2ª C.R.C. PORTO / N.I.P.C. 500 225 559

## **ÍNDICE**

<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>2</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>7</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>12</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>	<b>43</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>46</b>

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A entrada em vigor da nova Organização Comum de Mercado do açúcar (OCM) no dia 1 de Julho marcou indelevelmente o ano de 2006. Este novo quadro regulamentar deverá vigorar até à campanha 2014/2015 e transformará significativamente o sector do açúcar, até porque um dos principais objectivos desta reforma é reduzir a produção em cerca de seis milhões de toneladas, resolvendo assim o problema dos excedentes comunitários.

As principais alterações introduzidas pela nova OCM são as seguintes:

- Redução de preços de 36%, faseada ao longo de 4 anos;
- Criação de um fundo de reestruturação para os fabricantes de açúcar de beterraba que decidam abandonar a produção;
- Compensação ao rendimento dos agricultores que produzem beterraba, em cerca de 64,2% da diminuição de rendimentos;
- Substituição da intervenção por um sistema de armazenamento privado com ajuda de armazenagem;
- Criação de um fundo de diversificação para os operadores que desejarem converter as suas unidades para produção de bioetanol;
- Alteração profunda, ao fim de 3 anos, na atribuição das licenças de importação das ramas de açúcar;

Os refinadores europeus não têm acesso ao fundo de reestruturação ou ao fundo de diversificação. No entanto, no âmbito da nova OCM foi atribuída uma ajuda transitória que visa apoiar este subsector durante o período de transição até 2010. A concessão desta ajuda está condicionada à aprovação de um plano de actividades que cada operador deverá elaborar e implementar.

O sucesso da reforma preconizada pela OCM está intimamente ligado ao grau de adesão por parte dos fabricantes de açúcar de beterraba aos incentivos para abandono ou reconversão da produção. Para promover uma rápida adesão ao abandono ou reconversão da produção, a OCM prevê que a ajuda à reestruturação seja progressivamente menor de campanha para campanha. Por isso, esperava-se que a maior parte das decisões de encerramento ocorressem logo na primeira campanha, ou seja, em Julho de 2006, ou, pelo menos, na segunda campanha – em que a decisão teria que ser comunicada formalmente até 31 de Janeiro de 2007 – pois o valor unitário da ajuda era equivalente.

No entanto, os pedidos de ajuda à reestruturação, e, logo, os abandonos de produção ficaram muito aquém do esperado, levando a Comissão Europeia a ameaçar cortes lineares nas quotas de produção. Entretanto, a Comissão Europeia já anunciou um "withdrawal" (retirada temporária) de cerca de 12% da produção para a campanha de 2007/2008, o que deve ser entendido pelos operadores como um sinal da determinação da Comissão Europeia em atingir a redução de produção pretendida a qualquer custo.

Outro sinal claro dessa determinação tem sido a exigência de descontos significativos para a concessão de licenças de exportação de açúcar, tornando desinteressante a exportação para fora do espaço comunitário, ao ponto de muitos dos "tenders" de licenças de exportação terem ficado praticamente vazios.

Neste contexto, isto é, não atingimento do nível desejado de redução de produção comunitária de açúcar e fortes restrições práticas à exportação, verifica-se no espaço comunitário um excesso de oferta de açúcar, pressionando fortemente os preços de venda, ao ponto de haver, pelo menos pontualmente, oferta de açúcar no mercado interno abaixo do preço de exportação.

Evidentemente, o mercado regional da Península Ibérica, onde tradicionalmente actuamos, não poderia deixar de se ressentir desta situação. De facto, constatamos uma intensificação da agressividade comercial não só por parte dos operadores ibéricos como também de operadores franceses, resultando num aumento do fluxo de açúcar de França para Espanha, bem como de açúcar de Espanha e França para Portugal.

Mesmo em face de um contexto desfavorável, mantivemos um ritmo significativo de lançamento de novos produtos, dos quais destacamos os produtos da gama "light", que, apesar do seu lançamento recente, alcançaram já grande visibilidade.

Na frente do abastecimento de ramas, embora sem impacto relevante no custo da nossa matéria-prima, dado que nos é imposto pela OCM um preço mínimo de compra bastante acima do preço livre no mercado mundial, o preço da rama de açúcar atingiu o nível mais alto dos últimos 25 anos. Parece estar a formar-se uma ligação entre o preço da rama de açúcar e o preço do petróleo pelo facto de a cana-de-açúcar ser uma das fontes mais económicas de produção de bioetanol, crescentemente um substituto dos combustíveis fósseis, e, dados os níveis de preço que o petróleo atingiu nos últimos dois anos, bem como os objectivos impostos aos signatários do protocolo de Quioto em matéria de redução de emissões de CO<sub>2</sub>, houve um incentivo ao desvio da utilização de cana-de-açúcar para produção de bioetanol, em vez de produção de rama para posterior refinação em açúcar, reduzindo a oferta de rama no mercado mundial e consequentemente gerando pressões inflacionistas no preço desta matéria-prima.

Os preços do petróleo mantiveram-se a um nível elevado, atingindo máximos históricos em Agosto. Este aumento de preços teve um duplo impacto nos nossos custos energéticos, primeiro, pelo aumento do preço do fuelóleo e, segundo, pelo aumento do preço da energia eléctrica, pois os operadores do sistema vinculado pura e simplesmente deixaram de ser competitivos. No total, a nossa factura energética subiu 14% relativamente ao ano anterior, que já tinha sido caracterizado por altos preços do petróleo.

A performance interna foi positiva, registando-se melhorias ao nível de indicadores-chave como sejam o consumo de energia, o consumo de água e os custos com manutenção. Estes resultados foram possíveis devido a uma política de investimentos orientada para o aumento de produtividade e racionalização dos principais consumos do processo de refinação, e ainda pela implementação de medidas de gestão de recursos adequadas.

Durante este ano de 2006 conseguimos obter a Certificação Ambiental pela norma NP EN ISO 14001:2004, como era nosso objectivo declarado, tendo para tal realizado investimentos não só nos mecanismos necessários à implementação do sistema de gestão, mas também na formação e sensibilização de todos os colaboradores e fornecedores de modo a que comportamentos e processos reflectam a responsabilidade que voluntariamente assumimos. Aproveitamos a oportunidade para relevar o empenho de todos os envolvidos em conseguirmos este reconhecimento que, simultaneamente, se transforma num desafio de desenvolver uma actividade industrial cada vez mais em harmonia com o bem comum, que é o meio ambiente.

É nosso objectivo continuar a apostar na valorização do nosso capital humano. Com esse fim, desenhámos um ambicioso projecto de formação, transversal à organização, cuja candidatura a incentivos foi já aprovada. Este projecto está já a ser implementado e será concluído no primeiro semestre de 2008.

## DAS CONTAS

O contexto adverso em que desenvolvemos a nossa actividade, a saber, por um lado, o grande desequilíbrio entre a oferta e procura de açúcar e consequente pressão sobre os preços de venda, e, por outro, o aumento dos custos energéticos, afectou adversamente a rentabilidade da empresa.

A margem bruta foi mais de três milhões de euros inferior ao ano anterior, reduzindo-se 14%. O EBITDA reduziu-se em 65% para 1,2 milhões de euros, e a função financeira também se agravou em 57% devido a uma maior utilização de fundos na actividade e ao aumento das taxas de juro.

Consequentemente, o resultado antes de impostos foi negativo em 1,9 milhões de euros.

Durante o exercício transitou em julgado, na última instância judicial fiscal, em sentido desfavorável à empresa, a decisão relativa a um dos processos de impugnação de liquidações adicionais de IRC. Devido a este facto novo, numa perspectiva de prudência, a empresa optou por reconhecer como imposto sobre lucros, não só o valor da impugnação que transitou em julgado, mas também o valor dos processos ainda em curso com a mesma natureza e risco. Por este motivo, os resultados do exercício depois de impostos foram significativamente afectados e atingiram o valor negativo de 4,1 milhões de euros.

Assim a nossa proposta de aplicação de resultados é a seguinte:

Para Resultados Transitados:	€ -4.088.049,43
------------------------------	-----------------

A empresa tem a sua situação contributiva regularizada perante o Fisco e a Segurança Social, nos termos da legislação em vigor.

De acordo com os artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais informamos:

Os membros do Conselho de Administração, bem como os membros do órgão de fiscalização, não detêm acções da empresa em 31.12.2006 nem detiveram durante o exercício de 2006.

Único accionista: RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. – 100% do capital.

## BALANÇO SOCIAL

Em 31 de Dezembro o número de trabalhadores efectivos era de 233 colaboradores.

Relativamente ao absentismo, registou-se uma taxa geral de 7,5%.

As remunerações praticadas na empresa situaram-se nos seguintes valores médios (excluindo órgãos sociais):

Remuneração média anual	€ 12.911
Custo médio anual por trabalhador	€ 21.642

A empresa durante o ano de 2006 despendeu, em gastos de acção social o montante de € 650.730, a que corresponde um custo médio anual por trabalhador efectivo de € 2.529.

Porto, 31 de Janeiro de 2007

O Conselho de Administração:

João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva  
Benjamim Moreira Lima  
João Alberto de Lima Martins Pereira  
João Miguel Geraldês da Silva Carvalho  
Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2006	2005
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Imobilizações corpóreas	4	12.569.733	12.204.097
Imobilizações incorpóreas	5	6.637.290	6.639.570
Investimentos em empresas associadas	6	26.646.672	26.646.672
Outros investimentos financeiros	7	547.542	547.542
Activos por impostos diferidos	8	101.323	97.161
Outros activos não correntes	9	1.132.587	1.131.574
Total de activos não correntes		47.635.147	47.266.616
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Existências	10	9.575.702	10.401.835
Clientes	11	9.355.936	10.804.232
Estado e outros entes públicos	11	3.409.049	3.859.465
Outras dívidas de terceiros	11	12.957.823	9.804.243
Outros activos correntes	12	2.636.061	225.883
Caixa e equivalentes de caixa	13	21.615	20.288
Total de activos correntes		37.956.186	35.115.946
Total do activo		85.591.333	82.382.562
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	14	21.000.000	21.000.000
Reservas legais	14	3.174.673	3.112.344
Reservas de reavaliação	14	2.561.288	2.561.288
Outras reservas		4.380.541	4.380.541
Resultado transitados		1.941.264	1.907.027
Resultado líquido do exercício		(4.088.049)	1.246.566
Total do capital próprio		28.969.717	34.207.766
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Credores por locações financeiras	16	152.623	193.982
Outros empréstimos	17	10.000.000	-
Passivos por impostos diferidos	8	546.700	298.955
Provisões	21	277.013	277.013
Total de passivos não correntes		10.976.336	769.950
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários	15	3.759.937	4.522.342
Credores por locações financeiras	16	130.058	140.775
Fornecedores	18	7.830.268	3.484.521
Outras dívidas a terceiros	19	31.398.877	36.853.720
Estado e outros entes públicos	19	198.036	219.245
Outros passivos correntes	20	2.328.104	2.184.243
Total de passivos correntes		45.645.280	47.404.846
Total do capital próprio e passivo		85.591.333	82.382.562

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Vítor Manuel Pinho Moreira Alves

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, Benjamim Moreira Lima, João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Geraldês da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euro)

	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Vendas	25	90.285.765	95.502.380
Prestações de serviços	25	65	90
Outros proveitos operacionais	26	955.749	1.347.496
Total de proveitos operacionais		<u>91.241.579</u>	<u>96.849.966</u>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das existências vendidas e consumidas	27	71.337.467	74.253.761
Variação da produção	27	103.371	(812.231)
Fornecimentos e serviços externos	28	12.313.103	12.267.365
Custos com o pessoal	29	5.835.850	6.637.294
Amortizações e depreciações	4 e 5	2.078.355	2.292.782
Provisões e perdas por imparidade		-	-
Outros custos operacionais	30	482.696	1.119.066
Total de custos operacionais		<u>92.150.842</u>	<u>95.758.037</u>
Resultados operacionais		(909.263)	1.091.929
Proveitos e ganhos financeiros	31	44.432	37.146
Custos e perdas financeiras	31	1.484.652	954.291
Resultados relativos a investimentos e a empresas associadas	32	451.958	976.058
Resultado antes de impostos		(1.897.525)	1.150.842
Imposto sobre o rendimento	33	2.190.524	(95.724)
Resultado líquido do exercício		<u>(4.088.049)</u>	<u>1.246.566</u>
<b>Resultados por acção:</b>			
Básico	34	(0,19)	0,06
Diluído	34	(0,19)	0,06

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Vítor Manuel Pinho Moreira Alves

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, Benjamim Moreira Lima, João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Geraldês da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euro)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Recebimentos de clientes		91.746.976	95.715.538
Pagamentos a fornecedores		82.857.836	84.420.344
Pagamentos ao pessoal		<u>5.270.462</u>	<u>6.628.412</u>
Fluxos gerados pelas operações		3.618.678	4.666.782
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		399.985	(1.980.343)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		<u>(4.411.512)</u>	<u>(1.180.272)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(392.849)</u>	<u>1.506.167</u>
 <u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		36.136	63.874
Juros e proveitos similares		44.406	45.522
Dividendos		<u>451.958</u>	<u>976.058</u>
		<u>532.500</u>	<u>1.085.454</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			
Imobilizações corpóreas		2.271.599	3.224.504
Variação dos empréstimos concedidos		-	(192.037)
Outros		<u>1.013</u>	<u>-</u>
		<u>2.272.612</u>	<u>3.032.467</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(1.740.112)</u>	<u>(1.947.013)</u>
 <u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		<u>35.201.501</u>	<u>23.890.500</u>
		<u>35.201.501</u>	<u>23.890.500</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		29.552.200	18.000.000
Juros e custos similares		1.438.867	1.083.364
Amortizações dos contratos de locação financeira		163.741	-
Dividendos		<u>1.150.000</u>	<u>6.182.496</u>
		<u>32.304.808</u>	<u>25.265.860</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>2.896.693</u>	<u>(1.375.360)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		763.732	(1.816.206)
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	<u>(4.502.054)</u>	<u>(2.685.848)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	<u>(3.738.322)</u>	<u>(4.502.054)</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Vítor Manuel Pinho Moreira Alves

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, Benjamim Moreira Lima, João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Galdes da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	Capital social	Reservas				Resultado líquido do exercício	Total
			Legais	Reavaliação	Outras	Resultados transitados		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	14	21.000.000	2.786.950	2.561.288	4.380.541	2.813.260	5.601.656	39.143.695
Aplicação do resultado líquido de 2004:								
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	5.601.656	(5.601.656)	-
Transferência para reserva legal		-	325.394	-	-	(325.394)	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(6.182.495)	-	(6.182.495)
Resultado líquido do exercício de 2005		-	-	-	-	-	1.246.566	1.246.566
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>		<b>21.000.000</b>	<b>3.112.344</b>	<b>2.561.288</b>	<b>4.380.541</b>	<b>1.907.027</b>	<b>1.246.566</b>	<b>34.207.766</b>
Aplicação do resultado líquido de 2005:								
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	1.246.566	(1.246.566)	-
Transferência para reserva legal		-	62.329	-	-	(62.329)	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(1.150.000)	-	(1.150.000)
Resultado líquido do exercício de 2006		-	-	-	-	-	(4.088.049)	(4.088.049)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>		<b>21.000.000</b>	<b>3.174.673</b>	<b>2.561.288</b>	<b>4.380.541</b>	<b>1.941.264</b>	<b>(4.088.049)</b>	<b>28.969.717</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Vítor Manuel Pinho Moreira Alves

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, Benjamin Moreira Lima, João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Geraides da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006  
(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. (“Empresa” ou “RAR Açúcar”) é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 20 de Março de 1962 e que tem como actividade principal a refinação de açúcar.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”) , em vigor em 1 de Janeiro de 2006 tal como adoptados pela União Europeia.

2.2. Investimentos em empresas associadas

As partes de capital em empresas associadas são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrarem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Imobilizações corpóreas

a) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou perdas de imparidade acumuladas.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos bens imobilizados foram registados por contrapartida de capital próprio.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, enquanto os terrenos não são depreciáveis.

b) Outras imobilizações corpóreas

As outras imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registadas de acordo com a nova base de custo ("deemed cost"), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de amortização utilizadas correspondem a períodos que variam entre:

Terrenos e recursos naturais	20 a 25
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 20
Equipamento administrativo	1 a 15
Equipamento de transporte	4 a 12
Ferramentas e utensílios	2 a 10
Outras imobilizações corpóreas	3 a 14

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/instalação, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para utilização.

As mais ou menos valias resultantes da venda do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais". As perdas resultantes do abate do imobilizado corpóreo são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros custos operacionais".

#### 2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o activo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como custo do exercício quando incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

Nos casos de marcas e patentes, com vida útil indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

#### 2.5. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

##### a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa após dedução dos passivos.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários", no balanço.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de factura e todas as despesas até à sua entrada em

armazém, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Os produtos e trabalhos em curso, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos e produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção (inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e os gastos gerais de fabrico), o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Ao longo do exercício é utilizado o custo padrão, o qual é ajustado no final do exercício para o custo efectivo.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

## 2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

## 2.9. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Os subsídios à exploração são registados como proveitos do exercício, quando obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

## 2.10. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou uma alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros custos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A

quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros proveitos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

#### 2.11. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### 2.12. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas cujos custos ou proveitos respeitam a exercícios futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

#### 2.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e, deste

modo, a situação fiscal dos anos de 2003 a 2006 poderá ainda vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### 2.14. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes.

#### 2.15. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

#### 2.16. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### 2.17. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### 2.18. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respectivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

### 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem a necessidade de proceder à correcção de erros fundamentais.

### 4. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o movimento ocorrido no valor das immobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

**2006**

	<b>Terrenos e rec. naturais</b>	<b>Edifícios e outras construções</b>	<b>Equip. básico</b>	<b>Equip. de transporte</b>	<b>Equip. administrativo</b>	<b>Ferram. e utensílios</b>	<b>Taras e vasilhames</b>	<b>Outras imob. corpóreas</b>	<b>Imob. em curso</b>	<b>Total</b>
<b>Activo bruto:</b>										
Saldo inicial	299.612	4.287.678	38.510.284	1.725.219	5.230.147	278.015	12.000	1.017.707	3.656.460	55.017.122
Adições	-	162.868	620.595	273.025	67.453	7.803	-	15.634	1.298.686	2.446.064
Alienações	-	-	(782.544)	(112.653)	(21.042)	(1.151)	-	-	-	(917.390)
Abates	-	-	(431)	-	(1.093)	-	-	-	-	(1.524)
Transferências	-	343.199	2.635.725	-	10.262	-	-	10.748	(2.999.934)	-
Saldo final	299.612	4.793.745	40.983.629	1.885.591	5.285.727	284.667	12.000	1.044.089	1.955.212	56.544.272

**Amort. e perdas de imparidade acum.:**

Saldo inicial	109.991	3.629.949	32.760.749	1.362.625	4.119.047	218.813	9.585	602.266	-	42.813.025
Amort. exercício	5.339	130.691	1.518.833	198.532	86.044	22.260	724	113.652	-	2.076.075
Alienações	-	-	(779.482)	(112.653)	(20.026)	(1.012)	-	-	-	(913.173)
Abates	-	-	(431)	-	(957)	-	-	-	-	(1.388)
Saldo final	115.330	3.760.640	33.499.669	1.448.504	4.184.108	240.061	10.309	715.918	-	43.974.539
<b>Valor líquido</b>	184.282	1.033.105	7.483.960	437.087	1.101.619	44.606	1.691	328.171	1.955.212	12.569.733

## 2005

	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Ferram. e utensílios	Taras e vasilhames	Outras imob. corpóreas	Imob. em curso	Adiant.	Total
<b>Activo bruto:</b>											
Saldo inicial	299.612	3.923.862	36.898.678	1.671.316	5.189.326	244.371	12.000	998.046	2.622.041	10.260	51.869.512
Adições	-	103.431	973.453	180.330	85.107	33.644	-	18.920	1.978.109	-	3.372.994
Alienações	-	-	-	(126.427)	(76.273)	-	-	-	-	(10.260)	(212.960)
Abates	-	-	(10.124)	-	(2.300)	-	-	-	-	-	(12.424)
Transferências	-	260.385	648.277	-	34.287	-	-	741	(943.690)	-	-
Saldo final	299.612	4.287.678	38.510.284	1.725.219	5.230.147	278.015	12.000	1.017.707	3.656.460	-	55.017.122
<b>Amort. e perdas de imparidade acum.:</b>											
Saldo inicial	104.652	3.505.714	31.011.540	1.293.748	4.099.774	198.495	8.861	488.694	-	-	40.711.478
Amort. exercício	5.339	124.235	1.759.333	168.079	97.846	20.318	724	113.572	-	-	2.289.446
Alienações	-	-	-	(99.202)	(76.273)	-	-	-	-	-	(175.475)
Abates	-	-	(10.124)	-	(2.300)	-	-	-	-	-	(12.424)
Saldo final	109.991	3.629.949	32.760.749	1.362.625	4.119.047	218.813	9.585	602.266	-	-	42.813.025
<b>Valor líquido</b>	189.621	657.729	5.749.535	362.594	1.111.100	59.202	2.415	415.441	3.656.460	-	12.204.097

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Equipamento de transporte	256.576	305.572
	<u>256.576</u>	<u>305.572</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer bens de imobilizado.

O imobilizado corpóreo em curso apresentava, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a seguinte composição:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Edifícios	403.869	450.729
Equipamento básico	1.466.919	3.094.236
Equipamento administrativo	48.152	79.882
Outras imobilizações corpóreas	36.272	31.613
	<u>1.955.212</u>	<u>3.656.460</u>

A Empresa utiliza na sua actividade imóveis detidos por empresa do Grupo RAR onde se insere. As condições subjacentes ao respectivo contrato de arrendamento permitem que o mesmo seja, de acordo com o entendimento da Empresa, classificado como locação operacional.

## 5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	<u>2006</u>		
	<u>Propriedade industrial</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
<b>Activo Bruto:</b>			
Saldo inicial	6.635.200	38.232	6.673.432
Saldo final	<u>6.635.200</u>	<u>38.232</u>	<u>6.673.432</u>
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>			
Saldo inicial	-	33.862	33.862
Amortização do exercício	-	2.280	2.280
Saldo final	<u>-</u>	<u>36.142</u>	<u>36.142</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>6.635.200</u>	<u>2.090</u>	<u>6.637.290</u>

	2005		
	Propriedade industrial	Software	Total
<b>Activo Bruto:</b>			
Saldo inicial	6.635.200	38.232	6.673.432
Saldo final	6.635.200	38.232	6.673.432
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>			
Saldo inicial	-	30.526	30.526
Amortização do exercício	-	3.336	3.336
Saldo final	-	33.862	33.862
<b>Valor líquido</b>	<b>6.635.200</b>	<b>4.370</b>	<b>6.639.570</b>

O saldo da rubrica "Propriedade industrial" inclui custos com direitos sobre marcas de produtos produzidos e/ou comercializados pela Empresa, os quais, por não terem vida útil definida, não são amortizados, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade anuais.

## 6. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos em empresas associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, são os seguintes:

Empresas	Sede	2006		2005	
		% Capital detido	Valor de aquisição	% Capital detido	Valor de aquisição
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	Porto	5,00	41.234	5,00	41.234
RARTransportes, Lda.	Porto	99,90	1.311.158	99,90	1.311.158
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	Porto	100,00	999.399	100,00	999.399
RAR – Imobiliária, S.A.	Porto	38,17	21.477.178	38,17	21.477.178
S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, S.A.	Monção	32,67	182.000	32,67	182.000
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	Lisboa	71,78	2.635.703	71,78	2.635.703
			<u>26.646.672</u>		<u>26.646.672</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os principais indicadores destas empresas eram como segue:

Empresas	2006		2005	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	1.109.625	129.284	1.050.341	79.097
RARTransportes, Lda.	388.632	32.168	386.464	35.330
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	1.447.747	276.088	1.256.159	89.189
RAR – Imobiliária, S.A.	65.366.266	3.352.820	62.888.445	933.105
S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, S.A.	(559)	(8.063)	4.404	(6.444)
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	3.014.471	(2.160)	3.016.631	117.777

## 7. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica "Outros investimentos financeiros" é composta essencialmente pelas seguintes participações:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
CLIP – Colégio Luso Internacional, S.A.	24.940	24.940
Sinaga, S.A.	506.266	506.266
Outros	24.110	24.110
	<u>555.316</u>	<u>555.316</u>
Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos financeiros (Nota 21)	(7.774)	(7.774)
	<u>547.542</u>	<u>547.542</u>

Relativamente à Sinaga, S.A. a sua sede social e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2006 são os seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Sede</b>	<b>Valor de balanço</b>	<b>% controlo 2006</b>	<b>% controlo 2005</b>	<b>Capital próprio 2005</b>	<b>Resultado líquido 2005</b>
Sinaga, S.A.	P. Delgada	506.266	15,54	15,54	7.182.3210	130.419

## 8. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	<b>Activos por impostos diferidos</b>		<b>Passivos por impostos diferidos</b>	
	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Diferença na base tributável de imobilizado	101.323	97.161	546.700	298.955
	<u>101.323</u>	<u>97.161</u>	<u>546.700</u>	<u>298.955</u>

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi como segue:

	<b>Activos por impostos diferidos</b>		<b>Passivos por impostos diferidos</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Saldo inicial	97.161	106.381	298.955	170.489
Efeito em resultados (Nota 33):				
Diferença na base tributável de imobilizado	8.046	(9.220)	258.619	128.466
Efeito da alteração da taxa de imposto	(3.884)	-	(10.874)	-
Sub-total	<u>4.162</u>	<u>(9.220)</u>	<u>247.745</u>	<u>128.466</u>
Saldo final	<u>101.323</u>	<u>97.161</u>	<u>546.700</u>	<u>298.955</u>

## 9. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
<b>Empréstimos concedidos a empresas do grupo (Nota 24):</b>		
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	1.125.040	1.125.040
S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, Lda.	7.547	6.534
	<u>1.132.587</u>	<u>1.131.574</u>

## 10. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.079.317	8.601.932
Mercadorias	24.273	44.881
Produtos e trabalhos em curso	227.077	297.174
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	1.939	3.032
Produtos acabados e intermédios	1.334.844	1.494.710
	<u>9.667.450</u>	<u>10.441.729</u>
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 21)	(91.748)	(39.894)
	<u>9.575.702</u>	<u>10.401.835</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 o valor das matérias-primas em trânsito é de 3.552.723 Euros.

## 11. CLIENTES, ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

### Clientes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Clientes, conta corrente	9.355.936	10.804.232
Clientes de cobrança duvidosa	2.999	2.999
	<u>9.358.935</u>	<u>10.807.231</u>
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 21)	(2.999)	(2.999)
	<u>9.355.936</u>	<u>10.804.232</u>

### Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Imposto sobre o rendimento	131.628	131.628
Imposto sobre o valor acrescentado	2.994.000	3.444.416
Outros	283.421	283.421
	<u>3.409.049</u>	<u>3.859.465</u>

### Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Outros devedores	7.523.721	9.111.879
Adiantamentos a fornecedores	5.503.660	40.310
Empresas do grupo (Nota 24)	1.536.506	657.667
	<u>14.563.887</u>	<u>9.809.856</u>
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (Nota 21)	(1.606.064)	(5.613)
	<u>12.957.823</u>	<u>9.804.243</u>

As rubricas "Outros devedores" e "Outros credores" (Nota 19) incluem os montantes, devedores e credores, de 5.809.221 Euros associados a valores pendentes de regularização das relações da Empresa com o INGA (Ex – Fundo de Abastecimento), tendo esta instituição apresentado em 1989 uma liquidação no montante 7.722.002 Euros e a Empresa pago 2.858.682 Euros (incluído no saldo devedor acima referido) e mantido na rubrica "Proveitos diferidos" o montante de 1.313.017 Euros (Nota 20). A RAR Açúcar impugnou, através de recurso contencioso, a liquidação acima mencionada, tendo-se verificado no final do exercício de 2004 o desfecho, desfavorável para a RAR Açúcar, do contencioso como o INGA. Face a esta situação, e suportada por pareceres dos seus consultores legais, a RAR Açúcar apresentou no final do exercício de 2004 um recurso hierárquico ao Ministro das Finanças e uma impugnação judicial no Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, invocando a prescrição daquela dívida ao INGA e, em consequência, a sua não exigibilidade à data actual, pelo que, em conformidade, não constituiu qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

O saldo da rubrica "Adiantamentos a fornecedores" inclui o montante de 5.475.700 Euros relativo à aquisição de rama de açúcar.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível, às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

## 12. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Rendas e alugueres pagos antecipadamente	73.562	157.311
Seguros pagos antecipadamente	63.464	43.488
Outros custos diferidos	7.877	-
Subsídios à exploração	2.457.102	-
Outros acréscimos de proveitos	34.056	25.084
	<u>2.636.061</u>	<u>225.883</u>

A rubrica "Subsídios à exploração" respeita a valores a receber do INGA a título de restituição à exportação (Nota 2.9).

## 13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Numerário	3.256	3.256
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	18.359	17.032
Caixa e equivalentes de caixa	21.615	20.288
Descobertos bancários (Nota 15)	(3.759.937)	(4.522.342)
	<u>(3.738.322)</u>	<u>(4.502.054)</u>

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

## 14. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social está representado por 21.000.000 acções ordinárias, totalmente subscrito e realizado, com o valor nominal de 1 Euro cada uma.

A RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. detém 100% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2006.

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em situações específicas na legislação.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

## 15. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Descobertos bancários (Nota 13)	3.759.937	4.522.342
	<u>3.759.937</u>	<u>4.522.342</u>

## 16. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>Pagamentos mínimos da locação financeira</b>		<b>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira</b>	
	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2006	-	149.489	-	140.775
2007	139.044	109.021	130.058	104.472
2008	104.592	75.055	100.141	73.200
2009	45.424	16.476	44.251	16.310
2010	8.320	-	8.231	-
	<u>297.380</u>	<u>350.041</u>	<u>282.681</u>	<u>334.757</u>
Juros futuros	(14.699)	(15.284)	-	-
	<u>282.681</u>	<u>334.757</u>	<u>282.681</u>	<u>334.757</u>
Componente de curto prazo			(130.058)	(140.775)
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>152.623</u>	<u>193.982</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

## 17. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006 os outros empréstimos obtidos tinham o seguinte detalhe:

	2006			Taxa de Juro
	Valor nominal da emissão	Corrente	Não corrente	
Papel Comercial - BPI (10 M)				
11ª Emissão	10.000.000	-	10.000.000	3,900%
Valor contabilístico		-	10.000.000	

O saldo das emissões de Papel comercial, classificado como "Outros empréstimos" no passivo não corrente em 31 de Dezembro de 2006 está subjacente a um Programa de Emissão de Papel Comercial, no montante de 10.000.000 Euros, com validade até 27 de Março de 2011. De acordo com as condições do contrato, as emissões podem ser efectuadas até um ano, até ao limite do montante contratado, tendo as Instituições Financeiras, assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efectuar no âmbito do referido contrato de Programa.

É intenção do Conselho de Administração utilizar o Programa acima referido num período superior a doze meses.

## 18. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

	31.12.06	31.12.05
Fornecedores, conta corrente	7.399.752	1.900.391
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	430.516	1.584.130
	7.830.268	3.484.521

## 19. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

### Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Contribuições para a segurança social	92.414	98.098
Retenções de imposto sobre o rendimento	105.622	121.147
	198.036	219.245

### Outras dívidas a terceiros

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Empresas do grupo (Nota 24)	25.003.268	29.995.168
Fornecedores de imobilizado	339.293	371.034
Outros credores (Nota 11)	6.056.316	6.487.518
	<u>31.398.877</u>	<u>36.853.720</u>

Na rubrica de "Outros credores", tal como sucede na rubrica de "Outros devedores", encontra-se incluído o montante de 5.809.221 Euros associado a valores pendentes de regularização das relações com o INGA (Ex – Fundo de Abastecimento).

### 20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Acréscimos de custos:		
Custos com o pessoal	717.065	632.430
Trabalhos especializados	9.462	9.960
Encargos financeiros a pagar	12.989	10.335
Outros fornecimentos e serviços externos	143.156	92.927
Descontos de quantidade (rappel)	60.093	41.630
	<u>942.765</u>	<u>787.282</u>
Proveitos diferidos:		
Contencioso com o INGA (Nota 11)	1.313.017	1.313.017
Subsídios ao investimento	5.693	17.315
Outros proveitos diferidos	66.629	66.629
	<u>1.385.339</u>	<u>1.396.961</u>
	<u>2.328.104</u>	<u>2.184.243</u>

### 21. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi o seguinte:

<b>Rubricas</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Reforço</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo final</b>
	<b>31.12.05</b>			<b>31.12.06</b>
Provisões	277.013	-	-	277.013
Perdas de imparidade acum. em existências (Nota 10)	39.894	53.442	(1.588)	91.748
Perdas de imparidade acum. em contas a receber (Nota 11)	2.999	-	-	2.999
Perdas de imparidade acum. em outras dív. de terceiros (Nota 11 e 33)	5.613	1.600.451	-	1.606.064
Perdas de imparidade acum. em outros invest. financeiros (Nota 7)	7.774	-	-	7.774
	<u>333.293</u>	<u>1.653.893</u>	<u>(1.588)</u>	<u>1.985.598</u>

<b>Rubricas</b>	<b>Saldo inicial 31.12.04</b>	<b>Reforço</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo final 31.12.05</b>
Provisões	277.013	-	-	277.013
Perdas de imparidade acum. em existências (Nota 10)	24.510	15.384	-	39.894
Perdas de imparidade acum. em contas a receber (Nota 11)	37.480	-	(34.481)	2.999
Perdas de imparidade acum. em outras dív. de terceiros (Nota 11)	5.613	-	-	5.613
Perdas de imparidade acum. em outros invest. financeiros (Nota 7)	7.774	-	-	7.774
	<u>352.390</u>	<u>15.384</u>	<u>(34.481)</u>	<u>333.293</u>

As perdas de imparidade estão deduzidas ao valor do correspondente activo. O reforço das perdas de imparidade em existências foi registado por contrapartida da rubrica de custo das existências vendidas e consumidas (Nota 27).

## 22. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Garantias prestadas:		
Supremo Tribunal Administrativo	7.481.969	7.481.969
Alfândega do Porto	3.321.600	273.539
Direcção Geral de Impostos	188.066	188.066
Tribunal do Trabalho	1.590	1.590
	<u>10.993.225</u>	<u>7.945.164</u>

A garantia prestada ao Supremo Tribunal Administrativo no montante de 7.481.969 Euros respeita ao contencioso com o INGA (Nota 11).

## 23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2006 a Empresa não tinha assumido compromissos não reflectidos no Balanço.

## 24. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2006 e 2005 podem ser detalhados como segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados		Juros suportados	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
<b>Transacções:</b>								
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	322.920	321.215	793.937	325.894	-	-	-	-
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	28.316	27.165	296.293	318.478	-	-	-	-
Geotur – Viagens e Turismo, S.A.	-	-	76.519	73.006	-	-	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	759.074	710.472	-	621	-	-	-	-
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	775.963	1.179.468	3.633.502	3.185.141	42.969	25.638	30.265	37.096
RAR – Imobiliária, S.A.	-	-	1.707.752	1.591.084	-	-	-	-
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	565	-	140.813	130.510	-	-	-	-
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	-	51	955.020	1.098.900	-	698.129	990.211	-
RARTransportes, Lda.	2.539	543	1.965.877	1.957.644	-	-	-	-
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	-	-	-	-	-	282	445	-
	1.889.377	2.238.914	9.569.713	8.681.278	42.969	724.049	1.020.921	37.096

	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos obtidos		Empréstimos concedidos		Outras dívidas a receber/(pagar)	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
<b>Saldos:</b>	21.936	26.966	1.833	7.208	-	-	-	-	-	-
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.										
Centrar – Centro de Serv. Gestão, S.A.	3.229	3.941	25.910	8.615	-	-	-	-	-	-
Colep Energia, Unipessoal, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.648
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	327
Geotur – Viagens e Turismo, S.A.	322	-	12.656	5.834	-	-	-	-	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	38.691	6.085
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	76.507	1.033.207	277.509	361.395	682.000	1.340.000	1.125.040	1.125.040	10.919	3.413
RAR – Imobiliária, S.A.	-	-	424	-	-	-	-	-	-	-
RAR – Serv. Assistência Clínica, Lda.	-	936	5.908	3.088	-	-	-	-	-	-
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	-	-	522.978	2.151	24.300.000	28.000.000	-	-	1.825	(451.276)
RARTransportes, Lda.	2.845	-	131.966	227.656	-	-	-	-	-	12.748
SIEL, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.511.784	639.055
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	-	-	-	-	7.300	10.500	-	-	(195)	(193)
	104.839	1.065.050	979.184	615.947	24.989.300	29.350.500	1.125.040	1.125.040	1.563.024	217.807

	<b>Saldo 31.12.05</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo 31.12.06</b>	<b>Taxa de juro em vigor no exercício</b>	<b>Data de reembolso</b>
<b>Empréstimos obtidos:</b>						
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	85.000	-	(85.000)	-	3,287%	25.01.2006
	35.000	-	(35.000)	-	3,315%	25.01.2006
	50.000	-	(50.000)	-	3,333%	06.02.2006
	120.000	-	(120.000)	-	3,057%	21.02.2006
	35.000	-	(35.000)	-	3,226%	21.02.2006
	250.000	-	(250.000)	-	3,224%	21.02.2006
	100.000	-	(100.000)	-	3,337%	21.02.2006
	150.000	-	(150.000)	-	3,428%	21.02.2006
	350.000	-	(350.000)	-	3,675%	11.11.2006
	35.000	-	(35.000)	-	3,745%	29.11.2006
	130.000	-	(130.000)	-	3,833%	21.12.2006
	-	195.000	-	195.000	3,903%	31.01.2007
	-	205.000	-	205.000	4,138%	21.03.2007
	-	190.000	-	190.000	4,321%	05.05.2007
	-	20.000	-	20.000	4,284%	22.05.2007
	-	40.000	-	40.000	4,357%	05.06.2007
	-	32.000	-	32.000	5,059%	27.12.2007
	<b>1.340.000</b>	<b>682.000</b>	<b>(1.340.000)</b>	<b>682.000</b>		
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	5.000.000	-	(5.000.000)	-	3,328%	17.03.2006
	4.000.000	-	(4.000.000)	-	3,197%	28.03.2006
	5.000.000	-	(5.000.000)	-	3,184%	11.05.2006
	6.000.000	-	(6.000.000)	-	3,184%	11.05.2006
	6.000.000	-	(6.000.000)	-	3,195%	28.07.2006
	2.000.000	-	(2.000.000)	-	3,836%	18.08.2006
	-	2.000.000	(200.000)	1.800.000	3,890%	30.01.2007
	-	4.000.000	-	4.000.000	3,965%	27.02.2007
	-	1.000.000	-	1.000.000	4,185%	13.04.2007
	-	11.000.000	-	11.000.000	4,344%	11.05.2007
	-	3.500.000	-	3.500.000	4,551%	28.07.2007
	-	3.000.000	-	3.000.000	4,657%	21.08.2007
	<b>28.000.000</b>	<b>24.500.000</b>	<b>(28.200.000)</b>	<b>24.300.000</b>		
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	10.500	-	(10.500)	-	4,204%	24.05.2006
	-	9.000	(1.700)	7.300	5,288%	24.05.2007
	<b>10.500</b>	<b>9.000</b>	<b>(12.200)</b>	<b>7.300</b>		
<b>Empréstimos concedidos:</b>						
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	1.125.040	-	-	1.125.040	4,657%	16.08.2008
	1.125.040	-	-	1.125.040		

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Remuneração fixa	181.397	80.236
Remuneração variável	52.336	51.047
	<u>233.733</u>	<u>131.283</u>

## 25. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2006 e 2005 foram como segue:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Vendas:		
Mercado interno	65.330.801	74.115.129
Mercado intracomunitário	15.445.564	21.387.251
Mercado externo	9.509.400	-
	<u>90.285.765</u>	<u>95.502.380</u>
Prestações de serviços:		
Outros	65	90
	<u>90.285.830</u>	<u>95.502.470</u>

## 26. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Proveitos suplementares	856.605	1.218.592
Benefícios de penalidades contratuais	-	570
Ganhos na alienação de imobilizado corpóreo	35.295	26.388
Diferenças de câmbio favoráveis	4.988	92
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.724	8.203
Subsídios ao investimento	11.622	-
Outros	41.515	93.651
	<u>955.749</u>	<u>1.347.496</u>

27. CUSTO DAS EXISTÊNCIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Os custos das existências vendidas e consumidas, nos exercícios de 2006 e 2005, foram determinados como se segue:

	2006		2005	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	44.881	8.601.932	7.090	9.010.650
Compras	48.646	70.797.452	112.474	73.785.744
Existências finais	24.273	8.079.317	44.881	8.601.932
Perdas de imparidade (Nota 21)	-	(51.854)	-	(15.384)
Custos do exercício	69.254	71.268.213	74.683	74.179.078

A rubrica "Variação da produção" nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser detalhada como segue:

	2006			2005		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Existências iniciais	1.494.710	3.032	297.174	1.152.337	1.265	527.530
Regularização de existências	127.685	-	-	698.447	-	-
Existências finais	1.334.844	1.939	227.077	1.494.710	3.032	297.174
Variação da produção	(32.181)	(1.093)	(70.097)	1.040.820	1.767	(230.356)

## 28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2006 e 2005, pode ser detalhada como segue:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Subcontratos	57.666	47.389
Electricidade	660.190	592.390
Combustíveis	13.985	20.827
Água	297.746	206.031
Outros fluidos	3.634.402	3.184.012
Rendas e alugueres	1.901.650	1.832.334
Comunicação	40.028	52.157
Seguros	154.841	172.651
Royalties	-	32.500
Transportes de mercadorias	1.643.465	1.638.608
Deslocações e estadas	186.216	632.872
Honorários	105.233	136.389
Conservação e reparação	906.958	1.094.906
Publicidade e propaganda	156.464	114.142
Trabalhos especializados	1.682.926	1.819.749
Outros	871.333	690.408
	<u>12.313.103</u>	<u>12.267.365</u>

## 29. CUSTOS COM O PESSOAL

A repartição dos custos com o pessoal nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Remunerações órgãos sociais	203.676	131.751
Remunerações do pessoal	3.933.044	3.905.491
Encargos sobre remunerações	909.456	932.542
Seguros	46.944	50.496
Encargos com saúde	241.180	240.207
Outros custos com pessoal	501.550	1.376.807
	<u>5.835.850</u>	<u>6.637.294</u>

Durante os exercícios de 2006 e 2005 o número médio do pessoal foi de 257 e 276, respectivamente.

### 30. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros custos operacionais" nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser detalhada como segue:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Despesas com propriedade industrial	11.504	6.634
Imposto sobre o valor acrescentado	31.278	145.317
Imposto municipal sobre imóveis	126	126
Imposto Selo	41.369	20.078
Quotizações	32.441	35.014
Ofertas	138.797	700.793
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	29.707
Donativos	16.500	44.192
Perdas na alienação de imobilizado corpóreo	3.126	-
Serviços bancários	100.451	97.017
Outros	107.104	40.188
	<u>482.696</u>	<u>1.119.066</u>

### 31. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
<b>Custos e perdas:</b>		
Juros suportados:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	152.456	97.512
Relativos a papel comercial	252.732	70.231
Relativos a contratos de locação financeira	12.427	11.571
Relativos a empréstimos de empresas do grupo	1.020.922	724.049
Outros juros	1.492	44
	<u>1.440.029</u>	<u>903.407</u>
Outros custos e perdas financeiras	44.623	50.884
	<u>1.484.652</u>	<u>954.291</u>
Resultados financeiros	(1.440.220)	(917.145)
	<u>44.432</u>	<u>37.146</u>
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Juros obtidos	44.406	37.146
Outros proveitos e ganhos financeiros	26	-
	<u>44.432</u>	<u>37.146</u>

### 32. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS E A EMPRESAS ASSOCIADAS

Os resultados relativos a empresas associadas têm a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Dividendos	451.958	976.058
	<u>451.958</u>	<u>976.058</u>

### 33. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são detalhados como segue:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Imposto corrente	1.946.941	(233.410)
Imposto diferido (Nota 8)	243.583	137.686
	<u>2.190.524</u>	<u>(95.724)</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Resultado agregado antes de impostos	(1.897.525)	1.150.842
Impacto em resultados da aplicação dos IFRS	(1.017.766)	(2.515.013)
Resultado base para calculo de imposto	<u>(2.915.291)</u>	<u>(1.364.171)</u>
Deduções:		
Ganhos em imobilizado corpóreo	(35.295)	-
Benefícios fiscais	(15.597)	(25.176)
Reversão de provisões	(1.588)	-
Dividendos recebidos	(450.208)	-
IRC e outros impostos	(371.447)	-
Outros	-	(26.389)
	<u>(874.135)</u>	<u>(51.565)</u>
Acréscimos:		
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	500.394	498.401
40% do aumento reint. resultantes reav. imob. corpóreo	6.577	6.845
Perdas em imobilizado corpóreo	3.578	-
Mais-valias fiscais	15.921	12.922
Provisões não aceites fiscalmente	53.442	15.384
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	338
Outros	2.810	35
	<u>582.722</u>	<u>533.925</u>
Resultado tributável	<u>(3.206.704)</u>	<u>(881.811)</u>
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	27,5%	27,5%
Imposto calculado	(881.844)	(242.498)
Tributação autónoma	9.402	8.438
Liquidações adicionais em sede de IRC impugnadas	3.190.830	-
Impostos diferidos	243.583	137.686
Crédito de imposto	371.447	-
Insuficiência de estimativa de imposto	-	650
Imposto sobre o rendimento	<u>2.190.524</u>	<u>(95.724)</u>

### Liquidações adicionais em sede de IRC impugnadas

Conforme mencionado em exercícios anteriores, até 31 de Dezembro de 2005 a RAR Açúcar manteve em contas a receber o montante global de aproximadamente 3.195.000 Euros associado a pagamentos de impostos efectuados nos exercícios de 1997 e 2002 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/96 e do Decreto-Lei n.º 248-A/2002, relativos a liquidações adicionais de IRC dos exercícios de 1990 a 1997, impugnadas judicialmente por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que a fundamentação apresentada pela administração tributária relativamente àquele assunto não está de acordo com a legislação portuguesa, tendo estas impugnações sido julgadas procedentes em primeira instância. No entanto, a Fazenda Pública apresentou recursos e em consequência do desfecho desfavorável para a RAR Açúcar dos processos de impugnação judicial já concluídos, foram anulados os respectivos montantes registados em contas a receber (1.590.379 Euros) e, numa óptica de prudência, foram registadas perdas de imparidade para os montantes a receber associados a processos de impugnação judicial ainda em curso de natureza similar (1.600.451 Euros) (Notas 11 e 21).

### Crédito de imposto

O crédito de imposto em 2006 é justificado pela atribuição de um crédito fiscal ao investimento decorrente de actividades de I&D realizadas durante os exercícios de 2002 e 2003, no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial.

### RETGS

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em proveitos no exercício de 2006, o montante de 872.442 Euros, por contrapartida de conta a receber da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

## 34. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
<b>Resultado:</b>		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	<u>(4.088.049)</u>	<u>1.246.566</u>
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluídos	<u>(4.088.049)</u>	<u>1.246.566</u>
<b>Número de acções:</b>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	<u>21.000.000</u>	<u>21.000.000</u>
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>21.000.000</u>	<u>21.000.000</u>

## 35. DIVIDENDOS

Em 24 de Maio de 2006 foram pagos dividendos no montante total de 1.150.000 Euros, correspondente a aproximadamente 0,05 Euros por acção (aproximadamente 0,29 Euros por acção em 2005).

### 36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Janeiro de 2007, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 31 de Janeiro 2007.

O Conselho de Administração:

João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva  
Benjamim Moreira Lima  
João Alberto de Lima Martins Pereira  
João Miguel Geraldês da Silva Carvalho  
Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 85.591.333 Euros e capitais próprios de 28.969.717 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de (4.088.049) Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

### Ênfases

5. No seguimento do desfecho do contencioso com o INGA (ex-Fundo de Abastecimento) relativo à liquidação recebida pela Empresa em 1989 (Nota 11), em que aquela instituição reclamou

aproximadamente 7.722.000 Euros e a Empresa pagou aproximadamente 2.858.000 Euros e manteve como proveitos diferidos 1.313.017 Euros, a Empresa apresentou recurso hierárquico ao Ministro das Finanças e impugnação judicial no Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, invocando a prescrição daquela dívida ao INGA e, em consequência, a sua não exigibilidade à data actual, em conformidade com pareceres dos seus consultores legais. Por ser convicção do Conselho de Administração que, fruto do recurso e impugnação apresentados, o desfecho deste novo processo lhe será favorável, não foi constituída provisão para fazer face a um eventual desfecho desfavorável relativo a este assunto que, nesta data, é incerto.

6. As demonstrações mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na nota 2.2 do Anexo, os investimentos em empresas associadas são apresentados ao mais baixo dos valores de custo de aquisição ou valor de realização. A Empresa não vai elaborar e apresentar contas consolidadas, uma vez que se encontra dispensada de o fazer nos termos do nº4 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, apresentando na Nota 6 informação financeira relativa às suas participadas.
7. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na nossa Certificação Legal das Contas datada de 24 de Março de 2006, contém duas ênfases relativas aos assuntos mencionados nos parágrafos 5 e 6 acima, uma ênfase não aplicável ao exercício de 2006 e uma outra ênfase cujo assunto foi esclarecido no decorrer do mesmo (Nota 33).

Porto, 31 de Janeiro de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da  
RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2006 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas a qual contém nos seus parágrafos 5 a 7 três ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do descrito nos parágrafos 5 e 6 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 31 de Janeiro de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves